



Estado do Rio Grande do Sul CÂMARA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE



PROCESSO Nº 084/2023
EDITAL Nº 012/2023
TOMADA DE PREÇOS 002/2023
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

A CÂMARA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE, com sede nesta cidade, à Rua José Rubin Filho nº 185, Bairro São José, inscrita no CNPJ sob nº 09.035.829/0001-02, por determinação do Senhor Presidente **DARCI ROMÁRIO JUNIOR MONTAGNER**, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 e por intermédio da Comissão Permanente de Licitação do Poder Executivo, constituída e nomeada pela Portaria nº 308, de 12 de abril de 2023 e conforme autos que integram o Processo nº 084/2023, torna público para conhecimento dos interessados, que às **09:00 horas do dia 28 de novembro de 2023**, em Pinhal Grande-RS, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal, se reunirá a Comissão de Licitações para receber propostas referente a Tomada de Preços nº 002/2023, do Tipo Menor preço, em regime de empreitada por preço Global, sob a forma de execução indireta, para contratação de empresa para execução de obras e serviços, objetivando o estacionamento e revitalização no entorno da Câmara de Vereadores de Pinhal Grande, com fornecimento de materiais e mão de obra, conforme Projeto Executivo.

1. DO OBJETO

Contratação de empresa para execução de obras e serviços, objetivando o estacionamento e revitalização no entorno da Câmara de Vereadores de Pinhal Grande, com fornecimento de materiais e mão de obra, conforme Projeto Executivo.

2. DA PARTICIPAÇÃO DA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar desta Tomada de Preços, quaisquer interessados, que detenham atividade pertinente e compatível ao objeto licitado, que possuam cadastro neste órgão, e que satisfaçam as condições deste edital.

2.2. Não poderão participar desta Tomada de Preços as empresas que:

2.2.1. Se encontrem em processo de falência, concordata ou recuperação;

2.2.2. Estejam cumprindo sanção de suspensão do direito de licitar ou de declaração de inidoneidade imposta pela Administração Pública, entendida esta como Administração Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, abrangendo inclusive as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do poder público e das fundações por ele instituídas ou mantidas;

2.2.3. Consórcios de empresas, qualquer que seja sua formação;

2.2.4. Cooperativas de trabalho; e,

2.2.5. Os impedidos de participar pelo art. 9º da Lei 8.666/93.

2/14

22



Estado do Rio Grande do Sul CÂMARA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE



3. DO PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo para execução das obras é de 06 (seis) meses, a partir da Ordem de Serviços emitida pelo setor de engenharia do Município em conjunto com o Presidente da Câmara de Vereadores, podendo ser prorrogado, a sempre a critério da CONTRATANTE.

4. DA HABILITAÇÃO

Para efeitos de cadastramento de empresas, os interessados deverão apresentar até o 3º (terceiro) dia anterior a data aprazada para a abertura das propostas, observando o horário de funcionamento, junto ao setor de cadastro da Prefeitura Municipal de Pinhal Grande, os seguintes documentos:

4.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

4.1.1. Registro Comercial no caso de empresa individual;

4.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

4.1.3. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

4.2. REGULARIDADE FISCAL

4.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas- CNPJ;

4.2.2. Certidão de Regularidade, da Secretaria da Receita Federal, e Certidão Quanto a Dívida Ativa da União, da Procuradoria da Fazenda Nacional e Previdência Social;

4.2.3. Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal, sendo a última do domicílio ou sede do licitante;

4.2.4. Certidão de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

4.2.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhista (CNDT);

4.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

4.3.1. Prova de que a empresa possui no seu quadro funcional permanente, profissional de nível superior detentor de certidão ou atestado comprovando a boa execução de serviços compatível com o objeto de licitação, conforme descritos no item seguinte, fornecido por pessoa jurídica de direito público, ou privado, devidamente registrado no CREA ou CAU, de acordo com o parágrafo 1º, inciso I do art. 30 da Lei Federal 8666/93, vedada a sua substituição por qualquer outro documento. A comprovação da situação funcional do responsável técnico deverá ser efetuada através do livro de registro de funcionários, em documentos do ato constitutivo da empresa ou contrato de Prestação de Serviços com firma reconhecida dos contratantes.

4.3.2. Atestado técnico do profissional, devidamente registrado no referido conselho (CREA ou CAU) ou Certidão de acervo técnico (CAT), que comprove a execução de:

- Pavimentação em blocos intertravados de concreto, assentamento de meio-fio de concreto, construção civil – arquitetônico e instalações elétricas de baixa tensão.

Esta comprovação poderá ser efetuada com mais de um atestado técnico.

gjh

aa



Estado do Rio Grande do Sul CÂMARA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE



Fica definido como parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação Pavimentação em blocos intertravados de concreto, assentamento de meio-fio de concreto, construção civil – arquitetônico e instalações elétricas de baixa tensão e que seja compatível com o objeto licitado.

4.3.3. Certidão de Registro no CREA ou CAU da empresa licitante e do responsável técnico ligado ao objeto da licitação, ou visto da mesma, no caso de empresa não sediada no estado.

4.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

4.4.1. Comprovação pela empresa de que seu Capital mínimo ou seu Patrimônio líquido seja superior a 10% (dez por cento) do orçamento total básico/executivo apresentado pelo município, conforme prevê o art. 31, parágrafos 2º e 3º da Lei 8666/93;

4.4.2. Cópia do Balanço Patrimonial e Demonstrativo Contábil transcritos do Livro diário, do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei (com indicação do número do Livro diário, número do registro na Junta Comercial, numeração das folhas onde encontram-se lançadas, Termo de autenticação da Junta Comercial, notas Explicativas, termo de abertura e de encerramento), que comprovem a boa situação financeira da empresa, conforme justificativa no processo administrativo para adoção dos índices, cujos mínimos aceitáveis serão apurados pela aplicação das seguintes fórmulas:

ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL (ILG): $\frac{AC + ARLP}{PC + PNC}$ com Índice mínimo aceitável: 1,00

ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE (ILC): $\frac{AC}{PC}$ com Índice mínimo aceitável: 1,00

ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL (ISG): $\frac{AT}{PC + PNC}$ com Índice mínimo aceitável: 1,00

AC - Ativo Circulante

ARLP - Ativo Realizável a Longo Prazo

AT - Ativo Total

PNC – Passivo Não Circulante

PL - Patrimônio Líquido

PC - Passivo Circulante

4.4.3. Transcrição dos índices acima descritos, montados e apresentados em folha em separado, comprovando o enquadramento do licitante nas condições expostas, devendo este documento ser assinado pelo Responsável pela contabilidade do proponente, e pelo Responsável pela empresa licitante.

Os documentos constantes dos itens acima poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada por tabelião ou por funcionário do Município ou publicação em órgão da imprensa oficial.

5. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO E DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS

5.1. Os licitantes que desejarem manifestar-se durante as fases do procedimento licitatório deverão estar devidamente representados, nas sessões de Licitação por:

Handwritten signature/initials.

Handwritten signature/initials.



Estado do Rio Grande do Sul CÂMARA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE



5.1.1. Titular da empresa licitante, devendo apresentar cédula de identidade ou outro documento de identificação oficial, acompanhado de: registro comercial no caso de empresa individual, contrato social ou estatuto em vigor, no caso de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, dos documentos de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; e ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, no caso de sociedades cooperativas; sendo que em tais documentos devem constar expressos poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

5.1.2. Representante designado pela empresa licitante, que deverá apresentar instrumento particular de procuração ou documento equivalente, com poderes para se manifestar em nome da empresa licitante em qualquer fase da licitação, acompanhado de documento de identificação oficial e do registro comercial, no caso de empresa individual; contrato social ou estatuto em vigor no caso de sociedades comerciais e no caso de sociedades por ações, acompanhado, neste último, de documentos de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; e ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, no caso de sociedades cooperativas;

5.2. Somente poderão assinar a lista de presença, rubricar e analisar documentos, falar em nome da licitante e fazer uso da Ata de Reunião, em tudo que se relacione com a Licitação, durante as reuniões, aquelas pessoas indicadas na forma descrita acima, sendo que os demais, presentes à sessão pública, serão considerados assistentes.

5.3. No presente processo licitatório somente poderá se manifestar, em nome da licitante, a pessoa por ela credenciada.

5.4. Cada representante legal/credenciado deverá representar apenas uma empresa licitante.

As propostas serão recebidas pela Comissão de Licitações no dia, hora e local mencionados no preâmbulo, assinadas em sua última folha e rubricadas nas demais pelos proponentes ou seus procuradores constituídos, sem entrelinhas, emendas ou rasuras, em 02 (dois) envelopes distintos, fechados, contendo na sua parte externa e fronteira, a seguinte inscrição:

**CÂMARA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE/RS
TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2023-CMPG
ENVELOPE Nº 01 - DOCUMENTAÇÃO
PROPONENTE: (NOME COMPLETO DA EMPRESA)**

**CÂMARA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE/RS
TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2023-CMPG
ENVELOPE Nº 02 - PROPOSTA
PROPONENTE (NOME COMPLETO DA EMPRESA)**

6. DOS ENVELOPES:

6.1. ENVELOPE Nº 01 DEVERÁ CONTER

Serão considerados habilitadas para a abertura do envelope nº 002, os interessados que apresentarem a seguinte documentação e comprovações:

6.1.1. Carta de apresentação da empresa contendo: Nome da empresa, endereço completo, CNPJ, Inscrição Estadual, nome do responsável, telefone para contato e de email.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



Estado do Rio Grande do Sul CÂMARA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE



6.1.2. Certificado de Registro Cadastral vigente fornecido pelo Município até o terceiro dia anterior a data do recebimento das propostas, bem como certidões negativas que tiveram seus prazos de validade expirados e outros documentos que não estão explícitos no Certificado de Registro Cadastral e que completam a documentação solicitada nos itens 4.3 e 4.4. deste edital.

6.1.3. A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 à 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, **deverão apresentar, declaração, firmada por contador assinada também pelo representante da empresa, de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, além de todos os documentos previstos deste edital.**

A ausência da declaração referida neste item significará a desistência da empresa de utilizar-se das prerrogativas a elas.

A microempresa e a empresa de pequeno porte que atender ao item 5.2.3 e que possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal, deste edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em cinco dias úteis, a contar da data em que for declarada como vencedora do certame, prorrogável por igual período a critério da Câmara Municipal.

O benefício de que trata o item anterior não eximirá a microempresa e a empresa de pequeno porte, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

A não regularização da documentação, no prazo fixado, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas deste edital, sendo facultado à Câmara Municipal convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

6.1.4. Declaração que atende o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme modelo ANEXO III do presente edital.

6.1.5. Declaração expressa de que a empresa se sujeita às condições do presente edital, e que não foi declarada inidônea e de inexistência de fato impeditivo para licitar e contratar com a Administração Pública conforme modelo ANEXO VI do presente edital.

6.1.6. Certidão negativa de Falência ou concordata, fornecida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão inferior a 30 dias;

6.1.7. Certidão negativa de protestos expedida pelo Cartório da Comarca da sede da empresa, com data de emissão inferior a 30 dias;

6.1.8. Declaração de que a empresa tomou conhecimento de todas as informações, características em relação à execução das obras, conforme modelo ANEXO I do presente edital. É facultada a visita técnica. Caso a empresa opte pela realização de visita técnica esta será acompanhada pelo Engenheiro Davi Khalil Basilio.

Se o proponente for representado por procurador, deverá juntar procuração, com firma reconhecida em cartório, com poderes para decidir a respeito dos atos constantes da presente licitação.

6.2. O ENVELOPE Nº 02 DEVERÁ CONTER

6.2.1. Proposta financeira com Preço Global para a obra.

A Proposta financeira deverá ser digitada, em português, de forma clara, assinada pelo proponente ou representante legal, sem conter rasuras e entrelinhas e deverá incluir todas as despesas indispensáveis à realização da obra, inclusive instalação do canteiro de serviços, limpeza final da obra, sinalização, placa da obra, energia elétrica, consumo de combustíveis, materiais de expediente, mão-de-obra, materiais, máquinas e equipamentos, encargos das obrigações sociais, fiscais, comerciais, trabalhistas e outras relativas à prestação do serviço, e quaisquer despesas acessórias e necessárias, não especificadas neste edital, e relativa aos trabalhos, objeto desta licitação, atendendo o projeto básico/executivo e incluirá:

924

10



Estado do Rio Grande do Sul CÂMARA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE



6.2.1.1. Orçamento discriminativo em preços unitários, nos moldes da Planilha de orçamento, anexa;

6.2.1.2. Cronograma físico-financeiro, no prazo e nos moldes do apresentado anexo;

6.2.1.3. Declaração do BDI analítico utilizado;

6.2.1.4. Declaração da empresa informando o CNAE que representa a atividade de maior receita da empresa, conforme ANEXO V;

6.2.1.5. Declaração de que a empresa não possui em seu quadro societário servidor público da ativa ou empregado de empresa pública ou de economia mista, conforme modelo ANEXO IV;

6.2.1.6. Declaração do proponente de que se responsabiliza pela execução dos serviços e pela fiel observância dos prazos e especificações técnicas e que reconhece ser perfeitamente viável o cumprimento integral e pontual das obrigações assumidas, bem como serem perfeitamente exequíveis com os quantitativos e preços propostos, conforme ANEXO II.

7. DA ACEITABILIDADE DOS PREÇOS

Serão desclassificadas as propostas financeiras que:

a) Apresentarem preço global superior a **R\$ 215.245,70** (duzentos e quinze mil, duzentos e quarenta e cinco reais e setenta centavos).

b) Preços unitários superiores a 10% (dez por cento) dos preços unitários orçados pela Câmara Municipal.

c) Preços manifestamente inexequíveis, conforme prevê o artigo 48 da lei 8666/93, sendo facultado a Câmara Municipal, quando todos forem desclassificados, a fixação aos licitantes, participantes deste processo, do prazo de 08 dias úteis para apresentação de novas propostas;

Consideram-se manifestamente inexequíveis, as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

a) média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Câmara Municipal, ou,

b) valor orçado pela Câmara Municipal.

8. DO JULGAMENTO

8.1. As propostas apresentadas de acordo com as especificações e exigências deste edital serão classificadas pela ordem crescente dos preços propostos, considerando-se vencedor, dentre os qualificados, o licitante que apresentar o **MENOR PREÇO GLOBAL**, respeitando o critério de aceitabilidade dos preços constante no item 07 deste edital;

Esta Licitação será processada e julgada com observância do previsto nos artigos 43 e 44 e seus incisos e parágrafos da Lei nº 8.666/93.

8.2. CRITÉRIO DE DESEMPATE

8.2.1. Como critério de desempate, será assegurada preferência de contratação para as microempresas e as empresas de pequeno porte que atenderem ao item 6.1.3 deste edital.

8.2.2. Entende-se como empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa e pela empresa de pequeno porte sejam iguais ou superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de menor valor.

8.2.3. A situação de empate somente será verificada após ultrapassada a fase recursal da proposta, seja pelo decurso do prazo sem interposição de recurso, ou pelo julgamento definitivo do recurso interposto.

DFM

10.



Estado do Rio Grande do Sul **CÂMARA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE**



8.2.4. Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A microempresa ou a empresa de pequeno porte, detentora da proposta de menor valor, poderá apresentar, no prazo de 02 (dois) dias, nova proposta, por escrito, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

b) Se a microempresa ou a empresa de pequeno porte, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas ou empresas de pequeno porte remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 6.1.3 deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo e na forma prevista na alínea a deste item.

c) Se houver duas ou mais microempresas e/ou empresas de pequeno porte com propostas iguais, será realizado sorteio para estabelecer a ordem em que serão convocadas para a apresentação de nova proposta, na forma das alíneas anteriores.

8.2.5. Se nenhuma microempresa ou empresa de pequeno porte, satisfizer as exigências do item 8.2.4 deste edital, será declarado vencedor do certame o licitante detentor da proposta originariamente de menor valor.

8.2.6. O disposto nos itens 8.2.2 à 8.2.4, deste edital, não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte que atendam o item 6.1.3 deste edital.

8.2.7. As demais hipóteses de empate terão como critério de desempate o sorteio, em ato público, com a convocação prévia de todos os licitantes.

9. DOS RECURSOS

Em todas as fases da presente licitação serão observadas as normas previstas nas alíneas, incisos e parágrafos do art. 109 da Lei nº 8.666/93.

10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DO RECURSO FINANCEIRO:

Despesa 01.031.0001.1001 Construção, ampliação e/ou reforma do prédio da Câmara Municipal
01.031.0001.1001.0001 Câmara Municipal de Pinhal Grande
3.4.4.90.51 Obras e Instalações
0001 Recurso Livre

11. PRAZO PARA ASSINATURA DO CONTRATO

11.1. Esgotados todos os prazos recursais, a Câmara Municipal convocará o vencedor, dentro do prazo de validade da proposta, para assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87, da Lei nº 8.666/93.

11.2. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma vez, pelo período de 05 (cinco) dias corridos;

11.3. Se, dentro do prazo, o convocado não assinar o contrato, a Câmara Municipal convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados pelo critério previsto neste Edital, ou então, revogará a licitação, sem prejuízo da aplicação da pena de multa, no valor correspondente a 2% (dois por cento) do valor do contrato e mais a pena constante do inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/94.

Handwritten signature in blue ink.

Handwritten signature in blue ink.



Estado do Rio Grande do Sul CÂMARA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE



12. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1. Os pagamentos estão condicionados aos seguintes critérios:

12.1.1. Emissão da ordem de serviço por parte da contratante;

12.1.2. Apresentação do “Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral” no Cadastro Nacional de Obras (CNO) da Receita Federal;

12.1.3. A efetiva execução das etapas das obras, medidas unitariamente pelo fiscal do Município, e em acordo com o projeto básico/executivo. Não serão antecipados pagamentos;

12.1.4. Apresentação da nota fiscal, por parte da contratada, no valor correspondente ao constante no boletim de medição emitido pelo fiscal do Município, no período de execução;

12.1.5. Retenções previdenciárias correspondentes a normativa do INSS;

12.1.6. Retenção do ISSQN sobre o percentual incidente da nota fiscal;

12.2. Da forma de pagamento:

12.2.1. Os pagamentos serão efetuados no prazo máximo de 15 (quinze) dias da apresentação da Nota Fiscal, respeitados os critérios acima, sendo que o documento fiscal deverá ser do estabelecimento que apresentou a proposta vencedora da licitação.

12.2.2. Os pagamentos serão efetuados conforme a execução da obra em intervalos não inferiores a 30 dias.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. São partes integrantes deste edital:

- a) Os projetos, memoriais descritivos e plantas;
- b) A planilha orçamentária;
- c) O cronograma físico-financeiro;
- d) BDI detalhado;
- e) ANEXO I - Modelo de Declaração de Conhecimento do local da obra;
- f) ANEXO II – Modelo de Declaração de responsabilidade pela execução;
- g) ANEXO III – Modelo de Declaração de que não emprega menores;
- h) ANEXO IV – Modelo de Declaração que não emprega funcionário publico;
- i) ANEXO V – Modelo de declaração de CNAE;
- j) ANEXO VI – Modelo de Declaração de conhecimento do edital;
- k) ANEXO VII – Minuta do contrato.

13.2. É facultada a Comissão de Licitações, em qualquer fase do processo, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou completar a instrução do procedimento licitatório, ou solicitar esclarecimentos adicionais aos licitantes, que deverão ser efetuados no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;

13.3. Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender qualquer das disposições do presente Edital;

13.4. Todos os documentos e propostas deverão ser rubricados pelos licitantes presentes e pelos membros da comissão de licitação;

13.5. Em nenhuma hipótese será concedido prazo para a apresentação da documentação e propostas exigidas no Edital e não apresentadas na reunião de recebimento, salvo nos casos previstos em lei;

13.6. Não serão admitidas, por qualquer motivo, modificações ou substituições das propostas ou quaisquer outros documentos, exceto os previstos em lei;

gm

ad



Estado do Rio Grande do Sul **CÂMARA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE**



13.7. Só terão direito a usar a palavra, rubricar as propostas, apresentar recursos, assinar atas e os contratos, os licitantes ou seus representantes credenciados e membros da Comissão de Licitações. Todas as reclamações, impugnações, recursos, colocações e protestos só serão aceitos por escrito e assinados pelo solicitante.

13.8. Ao Presidente da Câmara Municipal de Pinhal Grande, fica assegurado o direito de, no interesse da Câmara Municipal anular a presente licitação por alguma ilegalidade, sem que por este motivo tenham os concorrentes o direito a qualquer reclamação ou indenização;

13.9. Uma vez dada por iniciada a seção de abertura dos envelopes da documentação, não serão admitidos, para participação no processo, licitantes retardatários;

13.10. Havendo desistência expressa de todos os licitantes de interpor recursos, intenção esta que deverá constar na ata circunstanciada a ser lavrada e que é parte do processo, proceder-se-á a imediata abertura das propostas;

13.11. Este edital poderá ser impugnado por irregularidade na aplicação da Lei, nas condições expostas no artigo 41 da Lei 8.666/93;

13.12. Os documentos solicitados durante o processo licitatório poderão ser originais acompanhados de cópia simples ou cópias autenticadas em cartório ou por servidor público do setor de licitações do município de Pinhal Grande, não sendo admitidos e nem considerados documentos de outra natureza.

Maiores informações serão prestadas aos interessados no horário de expediente da Prefeitura Municipal de Pinhal Grande-RS, sito à Av. Integração, 2691, em Pinhal Grande-RS, pelo telefone (055) 3278-1135 ou pelo email: licita@pinhalgrande.rs.gov.br.

Pinhal Grande/RS, 08 de novembro de 2023.

DARCI ROMÁRIO JUNIOR MONTAGNER
Presidente da Câmara Municipal de Pinhal Grande

Este edital foi examinado e aprovado pela
Assessora Jurídica da Câmara Municipal em
08/11/2023.

MARTA ALMEIDA DOS SANTOS
Assessora Jurídica
OAB/RS 88.868



Estado do Rio Grande do Sul
CÂMARA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE



ANEXO I
DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DOS LOCAIS E DE SUAS CONDIÇÕES

Ao
Município de Pinhal Grande-RS.
Comissão de Licitações.
Tomada de Preços nº 002/2023.

A Empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, estabelecida à _____, através da presente, declara para os devidos fins, que tem pleno conhecimento de todas as informações, das condições locais e dificuldades para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação, e ainda, que aceita como válida a situação em que se encontra para a realização dos serviços a que se refere a Tomada de Preços nº 002/2023.
E por ser verdade, assina a presente declaração sob as Penas da Lei.

Local e data.

Assinatura do Representante Legal



Estado do Rio Grande do Sul
CÂMARA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE



ANEXO II

A

Câmara Municipal de Pinhal Grande-RS.

Comissão de Licitações

Tomada de Preços nº 002/2023.

A Empresa [Razão Social da Licitante], através da presente, declara que se responsabiliza pela execução dos serviços e pela fiel observância dos prazos e especificações técnicas e que reconhece ser perfeitamente viável o cumprimento integral e pontual das obrigações assumidas, bem como serem perfeitamente exequíveis com os quantitativos e preços propostos, e por ser verdade, assina a presente declaração sob as penas da lei.

_____, em _____ de _____ de 2023.

Nome, Cargo e Assinatura do Representante Legal

Dados da Declarante:

Razão Social



Estado do Rio Grande do Sul CÂMARA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE



ANEXO III

A

Câmara Municipal de Pinhal Grande-RS.

Comissão de Licitações

Tomada de Preços nº 002/2023.

A empresa (Razão Social da Licitante), CNPJ (número), sediada na Rua _____, nº _____, _____ (Bairro/Cidade), através de seu Diretor ou Representante Legal, (Nome/CI), DECLARA, sob as penas da Lei, que de acordo com o inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93 e o disposto no Inc.XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, QUE NÃO EMPREGA MENORES DE 18 ANOS.

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente declaração.

_____, em _____ de _____ de 2023.

[Nome, Cargo e Assinatura do Representante Legal]

[Dados da Declarante:

Razão Social e

Carimbo]



Estado do Rio Grande do Sul
CÂMARA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE



ANEXO IV

A

Câmara Municipal de Pinhal Grande-RS.

Comissão de Licitações

Tomada de Preços nº 002/2023.

DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA FUNCIONÁRIO PÚBLICO

A empresa (Razão Social da Licitante), CNPJ (número), sediada na Rua _____, nº _____, _____ (Bairro/Cidade), através de seu Diretor ou Representante Legal, (Nome/CI), DECLARA, sob as penas da Lei, declara para os devidos fins e a quem possa interessar, que não possui em seu quadro societário, servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade mista.

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente declaração.

_____, em _____ de _____ de 2023.

[Nome, Cargo e Assinatura do Representante Legal]

[Dados da Declarante:

Razão Social e

Carimbo]



Estado do Rio Grande do Sul
CÂMARA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE



ANEXO V

A

Câmara Municipal de Pinhal Grande-RS.

Comissão de Licitações

Tomada de Preços nº 002/2023.

DECLARAÇÃO CNAE

A empresa (Razão Social da Licitante), CNPJ (número), sediada na Rua _____, nº _____, _____ (Bairro/Cidade), através de seu Diretor ou Representante Legal, (Nome/CI), DECLARA, sob as penas da Lei, declara para os devidos fins e a quem possa interessar, que o ramo que representa maior receita desta empresa é _____, código da atividade principal CNAE _____.

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente declaração.

_____, em _____ de _____ de 2023.

[Nome, Cargo e Assinatura do Representante Legal]

[Dados da Declarante:

Razão Social e

Carimbo]

984

PA



Estado do Rio Grande do Sul
CÂMARA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE



ANEXO VI

A
Câmara Municipal de Pinhal Grande-RS.
Comissão de Licitações
Tomada de Preços nº 002/2023.

DECLARAÇÃO

A empresa (Razão Social da Licitante), CNPJ (número), sediada na Rua _____, nº _____, _____ (Bairro/Cidade), através de seu Diretor ou Representante Legal, (Nome/CI), DECLARA, que se sujeita as condições do presente edital, e que não foi declarada inidônea e de inexistência de fato impeditivo para licitar e contratar com a Administração Pública.

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente declaração.

_____, em _____ de _____ de 2023.

[Nome, Cargo e Assinatura do Representante Legal]

[Dados da Declarante:

Razão Social e

Carimbo]



Estado do Rio Grande do Sul CÂMARA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE



ANEXO VII - MINUTA DE CONTRATO PARA EXECUÇÃO DE OBRA

Nº ____ / 2023

CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRA, que entre si celebram, de um lado, a CÂMARA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE, com sede nesta cidade, à Rua José Rubin Filho nº 185, Bairro São José, inscrita no CNPJ sob nº 09.035.829/0001-02, neste ato representado pelo Senhor Presidente **DARCI ROMÁRIO JUNIOR MONTAGNER**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro lado,, empresa inscrita no CNPJ/MF sob nº, com sede na cidade de, Estado, neste ato representada por seu(cargo na empresa), Sr.(qualificação), doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, tendo em vista a homologação do **Processo Administrativo nº 084/2023, Tomada de Preços nº 002/2023, Edital nº 012/2023**, de conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 e alteração posterior, mediante o estabelecimento das seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO DO CONTRATO

Contratação de empresa para execução de obras e serviços, objetivando o estacionamento e revitalização no entorno da Câmara de Vereadores de Pinhal Grande, com fornecimento de materiais e mão de obra, conforme Projeto Executivo.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA EXECUÇÃO

A execução do presente contrato far-se-á sob a forma de execução indireta, regime por empreitada por preço Global.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

O valor contratado é de R\$(.....), sendo na seguinte forma e critérios para pagamento:

3.1 Os pagamentos estão condicionados aos seguintes critérios:

- 3.1.1. Emissão da ordem de serviço por parte da contratante;
- 3.1.2. Apresentação do "Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral" no Cadastro Nacional de Obras (CNO) da Receita Federal;
- 3.1.3. A efetiva execução das etapas das obras, medidas unitariamente pelo fiscal do Município, e em acordo com o projeto básico/executivo. Não serão antecipados pagamentos;
- 3.1.4. Apresentação da nota fiscal, por parte da contratada, no valor correspondente ao constante no boletim de medição emitido pelo fiscal do Município no período de execução;
- 3.1.5. Retenções previdenciárias correspondentes a normativa do INSS;
- 3.1.6. Retenção do ISSQN sobre o percentual incidente da nota fiscal;
- 3.1.7. Liberação do recurso pelo Ministério competente.



Estado do Rio Grande do Sul **CÂMARA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE**



3.2. Da forma de pagamento:

3.2.1. Os pagamentos serão efetuados no prazo máximo de 15 (quinze) dias da apresentação da Nota Fiscal, da liberação do Recurso pelo Ministério, respeitados os critérios acima, sendo que o documento fiscal deverá ser do estabelecimento que apresentou a proposta vencedora da licitação.

3.2.2. Os pagamentos serão efetuados conforme a execução da obra em intervalos não inferiores a 30 dias;

Nos pagamentos realizados após a data do vencimento, incidirão juros de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), ao mês, até a data da efetivação do pagamento e correção monetária pelo índice IPCA (IBGE) do mês anterior, desde que o atraso seja superior a 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA QUARTA: DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Despesa 01.031.0001.1001 Construção, ampliação e/ou reforma do prédio da Câmara Municipal
01.031.0001.1001.0001 Câmara Municipal de Pinhal Grande
3.4.4.90.51 Obras e Instalações
0001 Recurso Livre

CLÁUSULA QUINTA: DA INEXECUÇÃO DO CONTRATO

O CONTRATADO reconhece os direitos da Câmara Municipal, em caso de rescisão administrativa, previstos no artigo 77 da Lei Federal nº 8666/83;

CLÁUSULA SEXTA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

Este contrato poderá ser rescindido nos termos dos artigos 77 a 79 previstos na Lei 8666/93.

Ocorrendo a rescisão do presente contrato, por qualquer motivo, fica a CONTRATANTE desobrigada de qualquer indenização. O descumprimento das obrigações assumidas neste Contrato deverá ser objeto de comunicação escrita, tendo a parte inadimplente o prazo de 05 (cinco) dias para alegar o que entender de direito.

A rescisão deste contrato implicará na retenção de créditos decorrentes da contratação, até o limite dos prejuízos causados a CONTRATANTE, na forma que a mesma determinar.

No caso de ocorrer a hipótese por falência, concordata, dissolução, liquidação ou alteração da estrutura social da CONTRATADA, que impossibilite ou prejudique a execução da obra, a obra será recebida pela CONTRATADA na situação em que se encontra, ficando desobrigado qualquer vínculo com a CONTRATADA, massa falida ou sucessores da CONTRATADA.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DA VIGÊNCIA

O prazo para execução das obras é de 06 meses, a partir da Ordem de Serviços emitida pelo setor de engenharia do Município em conjunto com o Presidente da Câmara Municipal, podendo ser prorrogado, a sempre a critério da CONTRATANTE.

Este contrato vigorará pelo período de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado em função do interesse público, sempre justificadamente.

CLÁUSULA OITAVA: DA LICITAÇÃO

Tomada de preços nº 002/2023.



Estado do Rio Grande do Sul **CÂMARA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE**



CLÁUSULA NONA: DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

Os valores do presente contrato serão corrigidos na forma da lei, pelo índice do IPCA (IBGE).

CLÁUSULA DÉCIMA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO:

Executado o contrato o seu objeto será recebido:

- a) Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;
- b) Definitivamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso de 30 (trinta) dias do recebimento provisório;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DOS ENCARGOS

Conforme prevê o art. 71 da lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA GARANTIA DA OBRA

O objeto do presente contrato tem garantia de 05 (cinco) anos, conforme dispõe o Código Civil Brasileiro, quanto a vícios ocultos ou defeitos da coisa, ficando o licitante vencedor responsável por todos os encargos decorrentes disso.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA SUBCONTRATAÇÃO DA OBRA

Não serão permitidas subcontratações para execução da obra.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES

01. - Dos direitos:

Constituem direitos da CONTRATANTE, receber o objeto deste contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionado.

02. - Das obrigações:

Constituem obrigações da CONTRATANTE:

- a) Efetuar o pagamento ajustado; e
- b) Dar a CONTRATADA as condições necessárias à regular execução ao contrato.

Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) Realizar toda a obra citada na cláusula primeira, conforme dispõe seu projeto básico/executivo;
- b) Refazer os trabalhos, que por eventualidade não estiverem de acordo com o projeto básico/executivo, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;
- c) Refazer os trabalhos que forem destruídos por fenômenos naturais, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;
- d) Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes das obrigações trabalhistas, tributárias e outras relativas e incidentes sobre o presente contrato, conforme prevê o Artigo 71, parágrafo I, da Lei 8666/93 e suas alterações;
- e) Estar ciente de que não terá nenhum vínculo empregatício com o Município;



Estado do Rio Grande do Sul CÂMARA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE



f) Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como manter o diário de obras em dia;

g) Apresentar a ART (anotação de responsabilidade técnica), devidamente quitada, referente a execução da obra, vinculada a ART de projeto do Responsável Técnico da contratante;

h) Manter preposto, no local da obra, profissional habilitado durante a execução da mesma;

i) Cumprir e fazer cumprir todas as normas de segurança do trabalho, obrigando seus empregados a trabalharem com equipamento de segurança;

j) Apresentar, durante a execução da obra, os requisitos solicitados na cláusula terceira deste contrato;

k) Responsabilizar-se pela manutenção da obra até a sua entrega definitiva, mesmo pelos correspondentes as parcelas já executadas e pagas;

l) Responsabilizar-se pela sinalização dos locais de trabalhos e pelas consequências que possam ser causadas pela falta da mesma.

O não cumprimento das obrigações acima é motivo suficiente para suspensão de pagamentos e aplicação das demais sanções previstas neste contrato;

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

A CONTRATADA sujeita-se as seguintes penalidades:

a) Advertência, por escrito, sempre que ocorrerem pequenas irregularidades, para as quais haja concorrido, tais como, materiais inadequados, tarefeiros, operários inabilitados e coisas deste gênero.

b) Multa sobre o valor total do contrato atualizado pelo IPCA (IBGE) de:

-0,5 % pelo descumprimento de cláusulas contratuais ou norma de legislação pertinente;

-1 % nos casos de inexecução total ou parcial, execução imperfeita ou em desacordo com as especificações na execução do objeto contratado;

- 0,05% por dia de atraso que exceder o prazo fixado para a conclusão da obra, relevando-se a critério da CONTRATANTE o prazo de prorrogação previsto.

A multa dobrará a cada caso de reincidência, não podendo ultrapassar a 30 % (trinta por cento) do valor atualizado do contrato, sem prejuízo da cobrança de perdas e danos que venham a ser causados ao interesse público e da possibilidade da rescisão contratual.

O tempo em que a obra permanecer embargada será considerado como tempo de execução.

c) Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a administração, pelo prazo de dois anos, dependendo do tipo de irregularidade ocorrida.

d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública, emitida pela Prefeitura Municipal, nos casos de falta grave, em especial nos casos de dolo, culpa, simulação ou fraude na execução deste contrato e outros a critério da Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA DIREÇÃO E FISCALIZAÇÃO

A obra será dirigida por engenheiro da CONTRATADA, devidamente habilitado para o exercício da profissão.



Estado do Rio Grande do Sul CÂMARA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE



A CONTRATANTE exercerá a fiscalização da obra em qualquer tempo pelo serviço de engenharia do Município.

A fiscalização transmitirá por escrito A CONTRATADA suas instruções, ordens e reclamações, compete-lhe decidir os casos de dúvidas que surgirem no decorrer dos serviços.

É assegurado à fiscalização o direito de ordenar a suspensão das obras e serviços, sem prejuízos as penalidades a que ficar sujeito a CONTRATANTE e sem que esta tenha direito a qualquer indenização, no caso de não serem atendidas suas reivindicações no período de 48 horas.

Quando as especificações ou quaisquer outros documentos do projeto forem eventualmente omissos, ou surgirem dúvidas de interpretação, deverá sempre consultar a fiscalização, que diligenciará no sentido de que a omissão ou dúvidas sejam sanadas em tempo hábil.

A CONTRATANTE poderá exigir o afastamento de qualquer empregado, funcionário ou empreiteiro da CONTRATADA, cuja atuação ou permanência nos serviços prejudique a execução regular das obras ou cujo comportamento seja julgado inconveniente, sem que fique obrigada a declarar os motivos desta resolução.

A fiscalização da obra estará a cargo do Engenheiro Davi Khalil Basilio.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DA FORÇA MAIOR E DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

São considerados casos de força maior, para isenção de multas, quando o atraso da entrega da obra contratada ocorrer:

- a) Por interrupção dos meios de transporte;
- b) Por Calamidade pública;
- c) Por acidentes ou empecilhos que implique em retardamento na execução da obra sem culpa da CONTRATADA;
- d) Por falta de pagamento devido pelo município durante os dias correspondentes a esse atraso;
- e) Por falta notória de materiais imprescindíveis à execução das obras;
- f) No caso de mau tempo, por um período superior a 15% do período de execução deste contrato.

Este contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, conforme prevê o Artigo 65 da Lei 8666 e suas alterações.

As tarifas, encargos, juros, etc., decorrentes da alteração de contrato motivada pela CONTRATADA, serão de responsabilidade da mesma não cabendo qualquer ônus à CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DO FORO

As partes elegem, de comum acordo, o Foro da Comarca de Júlio de Castilhos/RS, para dirimir eventuais controvérsias emergentes da aplicação deste Contrato.

E, por estarem assim ajustados, assinam o presente instrumento, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo firmadas.

Pinhal Grande-RS, de de 2023.

Darci Romário Junior Montagner
Presidente da Câmara Municipal

CONTRATADA

Testemunhas:

Rua José Rubin Filho, nº185 - Bairro São José CEP 98150-000

Fone:(55) 3278-1129 CNPJ: 09.035.829/0001-02

[Handwritten signatures]